



## DISTRITO FEDERAL

# “Ninguém é obrigado a comparecer em qualquer reunião de patrão” diz Chico Vigilante



Por meio de um vídeo de esclarecimento veiculado em todas as suas redes sociais, o deputado distrital Chico Vigilante (PT) fez um alerta aos trabalhadores e trabalhadoras do Distrito Federal, em especial os terceirizados, que têm sido alvos de diversos tipos de assédio por parte de chefes e dos empresários donos das empresas para as quais trabalham. Em geral, são empregados terceirizados de empresas que prestam serviços ao Governo do DF (GDF).

“Quero conversar com os trabalhadores do DF, mais uma vez, especialmente os trabalhadores terceirizados – vigilantes, trabalhadores da

higienização, merendeiras, secretárias e os demais profissionais. Em plena campanha eleitoral estamos sabendo de um monte de patrões batendo na porta de vocês para pedir para irem nas reuniões deles. Ninguém é obrigado a comparecer a qualquer reunião. Quem receber esse tipo de pedido avise, que vamos denunciar ao Ministério Público do Trabalho, como já temos feito. E lembrem-se sempre: ninguém é obrigado a votar em ninguém. O voto é livre. Acabou-se o tempo dos coronéis”, afirmou o parlamentar.

Vigilante também disse que os empresários de empresas terceirizadas só lembram dos trabalhadores nessa época de eleição e destacou o fato de várias empresas atrasarem salários ou deixarem de cumprir com suas obrigações para com os seus empregados. “Reflitam sempre sobre quem é que defende vocês, quem é que está na linha de frente para defender seus interesses e votem com suas consciências”, alertou.

FONTE: ASSESSORIA GAB. CHICO VIGILANTE

# MEDMORTE – BRASPE/JAVA/MAP: VITORIA DA LUTA

**BRASPE ANUNCIA EM AUDIENCIA NO MPT TROCA DO PLANO**

**JAVA E MAP INSISTEM EM MANTER O MEDMORTE**



Numa audiência realizada nesta manhã a empresa Braspe comunicou que dia 31 troca o plano de saúde. Troca o Medmorte pelo Hapvida.

Já a Java e a Map insistem em manter o plano meia-boca e até disseram na audiência que “os Vigilantes estão satisfeitos com o plano” ou que “não sabe de reclamações”. Imaginem?! Os satisfeitos devem ser uma meia dúzia de pelegos e covardes (inclusive alguns que estavam na chapa 2). A esmagadora maioria da categoria repudia este plano.

Audiência foi pedida pelo Sindvigilantes/Feira e Sindvigilantes/BA ao Ministério Público do Trabalho de Feira de Santana – MPT/FS.

Os Sindicatos relataram:

- Que as empresas descumprem a CCT ao contratar um plano que não cumpre as diretrizes da ANS – Agencia Nacional de Saúde Complementar;
  - Que no Medmorte o Vigilante não consegue marcar consultas, procedimentos médicos e até exames;
  - Que para aliviar a dor e evitar coisa pior são obrigados a pagarem consultas e outros procedimentos, sem ressarcimento pela empresa ou plano.
  - Que o Medmorte tem a pior classificação na ANS, encontra-se sob “vigilância gerencial da agencia” e, face as irregularidades, foi proibido de vender novos planos;
- Os Sindicatos reafirmaram o compromisso de lutar por um plano decente e que respeite os Vigilantes e suas famílias.

A Procuradora ouviu tudo, apelou a Java e Map para que ouvisse o apelo dos trabalhadores e decidiu notificar a ANS sobre a situação do Medmorte, notificar a Assembleia Legislativa sobre a apuração iniciada lá após a audiência pública de maio, dá prazo a Java e a Map para apresentarem propostas de solução e realizar nova audiência em data a ser definida.

VITÓRIA DA LUTA - A decisão da Braspe é uma vitória dos trabalhadores e dos seus Sindicatos, da mesma forma como foi com a AVI que também trocou de plano atendendo os Sindicatos.

Com a Java e a Map a luta, a mobilização e a pressão vai continuar.

Até aqui já teve assembleias, protestos no Suarez Trade (sede do plano), denúncias ao MPT, abaixo assinado (um com 1000 e outro

com 700), Audiência Pública na Assembleia Legislativa da Bahia, entre outras ações sindicais e de luta.

Para os Sindicatos a tolerância é zero com quem desrespeita a Convenção e o Vigilante. Para quem diz que tá tudo bem, veja um caso de ontem, dia 24 de agosto: um Vigilante liga para o Sindicato denunciando que levou a esposa para um procedimento marcado com antecedência na Clínica São Miguel, Itaigara. Chegou lá não foi atendido. Disseram simplesmente que o procedimento foi cancelado. A indignação, constrangimento e revolta do colega é a de todos nós.

**Basta de desrespeito!**

**Chega de Medmorte!**

**A luta continua!**

Fonte: [SINDVIGILANTES/BA](#)

# VIGILANTES EXSEG PLANO MEDMORTE:

## DESTA VEZ É CALOTE NO PLANO E CONSTRANGIMENTO PARA OS VIGILANTES



Os Vigilantes de uma arapuca chamada Exseg Segurança, contratada pelo Tribunal de Justiça da Bahia e outros importantes entes empresariais e condomínios estão batendo com a cara na porta de clínicas e hospitais quando vão buscar um procedimento médico previamente agendado: não são atendidos.

Alegam que a empresa não paga ao plano, deu calote no plano.

Esta empresa também anda atrasando salário, férias e outros direitos e benefícios dos Vigilantes e todo mês recebe notificação do Sindicato.

Imaginem: o Medmorte já é o que é. Agora junta-se uma empresa caloteira.

Hoje notificamos a empresa e começamos a notificar o Tribunal de Justiça e outros contratantes cobrando respeito aos vigilantes.

Vixe quanto coisa ruim neste setor!!!

Estamos atentos e vigilantes!

Fonte: [SINDVIGILANTES/BA](#)

# Sindicato não deve pagar indenização por críticas a empresa durante greve

**Ainda que admitida a possibilidade de danos morais às pessoas jurídicas, sua caracterização ocorre de forma distinta das pessoas físicas. Não é aceitável a ideia de dano moral in re ipsa em se tratando de ofendido de pessoa jurídica, sendo necessária a demonstração, no caso concreto, da ocorrência de prejuízo extrapatrimonial.**



**Sindicato não deve indenizar por críticas à empresa durante greve, decide TJ-SP**

Com base nesse entendimento, 9ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo rejeitou um pedido para que um sindicato de trabalhadores indenizasse a Bosch por supostas ofensas proferidas à empresa e seus dirigentes durante um movimento grevista. A decisão se deu por unanimidade.

A Bosch alegou que diretores do sindicato teriam ofendido a honra da empresa e, por isso, pediu indenização por danos morais de R\$ 50 mil. Entre as declarações destacadas pela Bosch, estão “a gente quer discutir coisa com vocês que a Bosch não quer que vocês ouçam” e “o RH dessa empresa e mais alguns gestores, um bando de canalhas”.

A ação foi julgada improcedente em primeira instância. O TJ-SP manteve a sentença, nos termos do voto do relator, desembargador Edson Luiz de Queiroz. Ele destacou que a pessoa jurídica pode sofrer dano moral, mas somente sua honra objetiva é passível de lesão, ou seja, sua fama, conceito, nome e credibilidade, levando a um prejuízo patrimonial.

“No caso, apesar das palavras exaltadas, a requerente não comprovou que sofreu abalo à sua honra ou teve algum prejuízo. Pela mídia constata-se que no local sequer havia

quantidade considerável de pessoas, e que os dizeres tenham chegado a um grande número de pessoas. Por conseguinte, entendo indevida a indenização por dano moral em favor da pessoa jurídica quando não restar comprovado que o apontamento do gravame de forma indevida afetou sua honra objetiva”, diz o acórdão.

Conforme Queiroz, a liberdade de expressão encontra limites quando houver caracterização de violação à dignidade da pessoa humana, direito também protegido constitucionalmente e considerado um dos princípios fundamentais da nação, o que não se verificou na hipótese. O relator ainda observou que o réu é um sindicato de classe e possui o dever de representar e proteger seus associados.

“Ainda que se vislumbre algum dissabor com a fala questionada, não se pode imputar ao apelado conduta ilícita. A natureza da ação indenizatória impõe a existência de provas que sejam capazes de demonstrar a culpa (negligência, imprudência, imperícia), o nexo causal (ação ou omissão do agente) e o dano experimentado, isto é, os pressupostos da responsabilidade civil. Não verificada a presença simultânea desses três elementos essenciais, a pretensão deve ser afastada”, afirmou.

Por fim, o relator considerou que a linguagem utilizada pelo dirigente sindical durante a greve foi “extremamente difusa, sem imputação nominal a quaisquer dos dirigentes ou prepostos da autora”. Esse palavreado genérico, na visão de Queiroz, não possui o condão de atingir a honra objetiva ou subjetiva da Bosch ou de seus diretores.

**FONTE: Revista Consultor Jurídico - Tábata Viapiana**

# Empresas de deputados têm multas por trabalho sem carteira e calote no FGTS

**Pelo menos 25 parlamentares foram autuados por infrações trabalhistas entre 2011 e 2021; com patrimônio declarado de R\$ 28,2 milhões nas eleições passadas, Magda Mofatto (PL-GO) é a campeã de irregularidades**



Quem procura conhecer um pouco mais sobre a deputada federal Magda Mofatto (PL-GO) logo se depara com um vídeo da parlamentar empunhando uma metralhadora dentro de um helicóptero. Por trás da encenação, no entanto, há um histórico de violações contra trabalhadores.

As empresas de Mofatto já receberam cinco multas por infrações trabalhistas, segundo dados do Ministério do Trabalho. Dona de hotéis e de um parque aquático em Caldas Novas (GO), a apoiadora de Bolsonaro é um retrato de boa parte da Câmara, que tem 25 deputados multados por desrespeitarem a CLT e outros 108 que foram financiados por infratores, o que corresponde a cerca de 25% do total.

Na atual legislatura, a deputada votou pela posse de arma em toda a extensão do imóvel rural, a favor da Reforma da Previdência, a favor

do PL da Grilagem e do PL do Veneno, entre outros.

A votação de cada deputado nos principais projetos de lei que dizem respeito aos trabalhadores rurais foi avaliada pelo Ruralômetro, ferramenta desenvolvida pela Repórter Brasil que analisou também as proposições apresentadas pelos parlamentares na atual legislatura. Além das questões trabalhistas, a ferramenta, que está na segunda edição, aborda a atuação dos deputados diante de temas ambientais e relativos aos indígenas e quilombolas, gerando um ranking que possibilita saber a “febre ruralista” de cada um. O site mostra ainda quais políticos têm empresas multadas por infrações trabalhistas ou ambientais e quais foram financiados por infratores.

O termômetro que mede a “febre ruralista” de Mofatto aponta 38,4°C. Valores acima de 37,3°C indicam desempenho parlamentar desfavorável ao meio ambiente e aos povos e trabalhadores do campo. Entre tantos pares com desempenho parecido, o que chama a atenção no perfil da deputada, no entanto, é a quantidade de infrações trabalhistas das empresas dela, que incluem um conglomerado de 13 hotéis e termas em Caldas Novas (GO).

Uma fiscalização dos auditores fiscais do Ministério do Trabalho em julho de 2019 constatou 37 infrações trabalhistas na Di

Roma Empreendimentos Imobiliários. Entre os flagrantes constam funcionários usando andaimes sem equipamentos de segurança, excedendo a jornada normal de trabalho sem justificativa legal e até demissão sem justa causa de empregado eleito para Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

Mofatto declarou patrimônio de R\$ 28,2 milhões quando foi candidata em 2018. Ela é sócia de mais de 20 empresas e entre seus bens está um helicóptero, que na declaração apresentada à Justiça eleitoral foi avaliado em R\$ 5 milhões. Trata-se da aeronave em que ela estava quando gravou um vídeo empunhando uma metralhadora. A bolsonarista tentou surfar na onda gerada durante as buscas por Lázaro Barbosa, que fugiu por 20 dias da polícia após matar quatro pessoas no interior de Goiás.

A preocupação que Mofatto mostrou com as buscas de Lázaro parece ser bem maior do que a que ela tem com seus funcionários. O Roma Hotéis foi multado por irregularidades relacionadas à contratação de pessoas portadoras de deficiência, e o Thermas di Roma Hotel Clube e o Jardins di Roma, por não garantirem o direito ao descanso semanal.

Procurada, a deputada disse, via assessoria de imprensa, que não se manifesta sobre temas relacionados às suas empresas.

O cruzamento de dados elaborado pelo Ruralômetro também permitiu descobrir que há 10 anos, em 2002, a empresa D’Lira Agropecuária e Eventos, que tem entre seus sócios o presidente da Câmara, Arthur Lira (PL-AL), foi multada por irregularidades relacionadas ao registro de empregados. Defensor da agenda de Bolsonaro na Câmara, Lira foi um dos responsáveis por colocar em pauta boa parte das votações analisadas.

“A Câmara conseguiu ser ainda mais reacionária e conservadora. Todos os projetos contra trabalhadores e que retiravam direitos tiveram maioria para aprovação”, afirma o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas

Rurais (Contar), Gabriel Bezerra Santos.

Santos ressalta que não são apenas os projetos que retiram direitos trabalhistas que têm impacto sobre os trabalhadores rurais. Ele cita o exemplo da liberação desenfreada de agrotóxicos – que inclui a aprovação pela Câmara do PL do Veneno, como ficou conhecido o projeto 6.299 de 2002. Para virar lei, o texto aguarda aprovação do Senado. “Estão atropelando essa pauta sem discussão, e a consequência virá para os trabalhadores que manuseiam os produtos”, denuncia o presidente da Contar.

Entre 2010 e 2019, 7.163 trabalhadores rurais foram atendidos em hospitais e diagnosticados com intoxicação por agrotóxico dentro do ambiente de trabalho ou em decorrência da atividade profissional, segundo dados do Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), do Ministério da Saúde. Nos últimos três anos, foram aprovados 1.682 novos produtos, segundo levantamento feito pela Repórter Brasil. Quase a metade (45%) de todos os pesticidas vendidos no país foram registrados no atual governo.

Procurado, o presidente da Câmara não quis se manifestar a respeito da multa trabalhista de sua empresa e nem das considerações a respeito da agenda antitrabalhista da Casa Legislativa que ele preside.

### **Sem registro, férias ou 13º**

O caso do deputado Cristiano Vale (PP-PA) é peculiar. Ele mesmo – e não uma empresa da qual é sócio – foi multado duas vezes por cometer infração trabalhista. O deputado mantinha três funcionários na Fazenda Rio das Pedras sem registro. À época, em 2015, os auditores fiscais destacaram que a conduta do deputado “reduz o parâmetro mínimo legal de proteção”, ou seja, os funcionários não tinham direito a férias anuais nem ao décimo terceiro salário.

Após várias tentativas de falar com o deputado, por meio dos telefones de seu gabinete e de celulares, a reportagem pediu um posicionamento ao PP, que não respondeu.

Vale é presidente do PP no Pará e candidato à reeleição como deputado federal. O partido vai apoiar a tentativa de permanência no cargo do atual governador, Helder Barbalho (MDB). A mãe de Barbalho, a deputada federal Elcione Barbalho (MDB-PA), também está entre as parlamentares sócias de empresas com infrações trabalhistas.

A Rede Brasil Amazônia de Televisão, que retransmite o sinal da Band no Pará, deixou de recolher o FGTS de 142 trabalhadores durante quase quatro anos. A infração levou a empresa a ser multada em R\$ 15 mil. Os sócios da deputada no veículo de comunicação são seu ex-marido, o senador Jader Barbalho (MDB-PA), e os filhos Helder (governador do Pará) e Jader Barbalho Filho (que preside o MDB paraense). Outro veículo de comunicação da família Barbalho é o Diário do Pará, que já foi multado em R\$ 14 mil por irregularidades nas leis que regem a contratação de pessoas portadoras de deficiência.

Procurada, a deputada disse, via assessoria, que não participa da administração das empresas e que recebeu as parcelas nas sociedades como parte do acordo do divórcio com o senador Jader Barbalho, em 1996.

Oficialmente, a família Barbalho apoia o nome da correligionária Simone Tebet (MDB-MS) para a Presidência, mas diversos lados do espectro político brasileiro são contemplados quando o assunto é infração trabalhista.

O Partido dos Trabalhadores (PT) já foi multado em R\$ 2.102,98. O motivo foi não obedecer às regras na contratação de pessoas portadoras de deficiência. Como todos os deputados petistas receberam verba do fundo partidário para a campanha de 2018, eles foram considerados financiados por infratores trabalhistas, de acordo com os critérios adotados pelo Ruralômetro. “Tratava-se de situação transitória que foi corrigida”, afirma o PT (leia a nota na íntegra).

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

## Íntegra da nota do PT

17/08/22

### Respostas enviadas para a reportagem ‘

O Diretório Nacional do PT foi, de fato, autuado em agosto de 2014 pelo Ministério do Trabalho, em fiscalização referente ao cumprimento da cota mínima de pessoas com deficiência, a partir de registros no Caged de junho de 2014 que apontavam a falta de um funcionário PCD para o preenchimento da cota. Tratava-se de situação transitória que foi corrigida e gerou aplicação de multa de R\$ 2.102,98, quitada com recursos próprios, conforme procedimento padronizado do partido nestes casos.

Diante destes esclarecimentos, está claro que a atual bancada do PT na Câmara, eleita em 2018, não se enquadra nos critérios de pontuação negativa do “Ruralômetro”, que de acordo com o portal se aplicam a “deputados que têm multa no Ibama, violaram a lei trabalhista e deixaram de recolher o INSS” ou que “receberam financiamento de empresas autuadas por infrações ambientais ou flagradas por trabalho escravo na campanha de 2014”.

Os recursos destinados às campanhas eleitorais dos parlamentares em 2018 foram provenientes do FEFC (fundo eleitoral), não se confundindo com recursos próprios do PT. Não há qualquer relação administrativa, trabalhista ou financeira entre o Diretório Nacional e as campanhas eleitorais dos deputados eleitos em 2018. Qualquer extrapolação relacionando a infração de 8 anos atrás ao financiamento das campanhas eleitorais dos deputados e deputadas do PT nos parece descabida e colocaria em dúvida a própria credibilidade do portal.

Brasília, 5 de agosto de 2022

Assessorias de imprensa do Diretório Nacional do PT e da Liderança do PT na Câmara dos Deputados  
Consulte o Ruralômetro, ferramenta que monitora como a ação dos deputados federais afeta o meio ambiente e os povos do campo.

\*Colaborou Joyce Cardoso

Esta reportagem foi realizada com o apoio da DGB Bildungswerk, no marco do projeto PN: 2020 2611 0/ DGB0014, sendo seu conteúdo de responsabilidade exclusiva da Repórter Brasil

Escrito por: Daniel Camargos\*, do Repórter Brasil

FONTE: CUT

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF